

Lei 3512, de 11 de dezembro de 2006.

Dispõe sobre o tombamento de edifício histórico no Município de Ponta Porã

Autor: Vereador Marcelino Nunes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTA PORÃ, no uso de suas atribuições, em observância a Lei Orgânica do Município e artigo 175 da Constituição Federal, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e o Chefe do Poder Executivo sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido o tombamento do único imóvel edificado na Quadra 43, da Rua Pedro Celestino, no centro de Ponta Porã, conhecido popularmente como “Castelinho”, passando este a integrar o patrimônio histórico, artístico e cultural do Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã – MS, 11 de dezembro de 2006.

Flávio Kayatt  
Prefeito Municipal

Lei 3513, de 11 de dezembro de 2006.

Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Ponta Porã.

Autor: Vereador Marcelino Nunes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTA PORÃ, no uso de suas atribuições, em observância a Lei Orgânica do Município e artigo 175 da Constituição Federal, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e o Chefe do Poder Executivo sanciona a seguinte Lei:

## CAPITULO I DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTÍSTICO

Art. 1º - Constituem o patrimônio histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico e paisagístico do Município de Ponta Porã os bens móveis e imóveis, particulares ou públicos, existentes em seu território, os quais, pelo seu excepcional valor histórico ou estético, requeiram a intervenção do Poder Público para o seu tombamento, conservação e preservação.

§ 1º - São considerados bens móveis e imóveis, particulares ou públicos, para fins desta Lei, as obras de arte, objetos, edifícios, monumentos, bibliotecas, arquivos, documentos, conjuntos arquitetônicos, jazidas, sítios arqueológicos e paisagens.

§ 2º - O Município, na forma do artigo 185 da Lei Orgânica Municipal e respeitada a legislação federal atinente ao assunto, exercerá essa proteção e vigilância, através da Secretaria Municipal de Administração, ouvido o Conselho Municipal de Cultura, quando se fizer necessário.

Art. 2º - Os bens, a que se refere o artigo anterior, somente passarão a integrar o patrimônio histórico e artístico do Município, para os efeitos desta lei, depois de publicada Lei que declara o tombamento do bem.

Parágrafo único - Serão obrigatoriamente inscritos nos Livros de Tombo os bens tombados pelo Município.

Art. 3º - Excluem-se do patrimônio histórico e artístico municipal as obras de origem estrangeira que:

- I - pertençam as representações consulares estrangeiras;
- II - adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras que transitem no Município;
- III - pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;

IV - sejam trazidas para exposições temporárias de qualquer natureza.

## CAPITULO II DO TOMBAMENTO

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Administração, possuirá 4 (quatro) Livros de Tombo, nos quais se inscreverão os bens tombados, em esfera de proteção municipal, com a seguinte distribuição:

I - no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, os bens pertinentes a categoria de artes ou achados arqueológicos, etnográficos e ameríndios, arte popular, grutas ou jazidas pré-históricas, paisagens naturais e coisas congêneres;

II - no Livro de Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico, as obras de arte históricas e os documentos paleográficos ou bibliográficos;

III - no Livro de Tombo de Belas Artes, as coisas de arte erudita municipal, estrangeira, antiga e moderna;

IV - no Livro de Tombo das Artes Aplicadas, as obras municipais ou estrangeiras, que se incluam na categoria das artes aplicadas.

Art. 5º - A declaração de tombamento de bens far-se-á por Lei, precedido da abertura de procedimento administrativo visando a verificação das exigências necessárias para o tombamento.

§ 1º - Constatando a Secretaria Municipal de Administração que o bem se reveste dos requisitos necessários para integrar o patrimônio histórico e artístico do Município, encaminhará cópia autenticada de toda a documentação à Câmara Municipal, a fim de instruir projeto de lei.

§ 2º - É competência comum dos mandatários do Poder Legislativo Municipal e do Poder Executivo Municipal, a iniciativa para propor o tombamento de bens.

Art. 6º - O tombamento de bens de propriedade de pessoa natural ou jurídica de direito privado far-se-á voluntária ou compulsoriamente.

§ 1º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário espontaneamente oferecer o bem, ou, se notificado, anuir por escrito, dentro de 15 (quinze) dias e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico do Município e ser inscrito em qualquer dos Livros de Tombo.

§ 2º - Será compulsório o tombamento quando o proprietário não responder a notificação que se lhe fizer a Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 15 (quinze) dias contados da entrega, ou quando, no mesmo prazo, apresentar impugnação escrita à inscrição do bem a tomar.

§ 3º - Havendo impugnação no prazo assinado, que é fatal, conceder-se-á vista da mesma, dentro de outros 15 (quinze) dias, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento a fim de sustentá-la, quando novamente será ouvido o Conselho Municipal de Cultura que em igual prazo deverá manifestar-se, após o que o procedimento subirá a consideração do Secretário Municipal de Administração para decisão, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 4º - Se a decisão for pelo não tombamento do bem, o Secretário Municipal de Administração, determinará de ofício o arquivamento do procedimento administrativo.

Art. 7º - A pessoa física ou jurídica, cujo bem foi tombado, terá 30 (trinta) dias para interpor apelação, sem efeito suspensivo, ao órgão de quem houver emanado a iniciativa.

## CAPITULO III DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

Art. 8º - Na alienação do bem tombado, o Município terá preferência em igualdade de condições.

Parágrafo único - Transferido o bem tombado a qualquer pessoa física ou jurídica, ou entidade estatal, deve o novo adquirente dar imediato conhecimento do fato a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 9º - O tombamento dos bens de propriedade particular deverá ser transcrito para os devidos efeitos em livro próprio e averbado